

Termo de Conciliação Judicial

O Ministério Público do Trabalho, neste ato representado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da Décima Região, Dr. Basilino Santos Ramos e pelos Procuradores do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso e Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento e a União Federal, através da Advocacia Geral da União pelo Procurador Geral da União, Dr. Walter Barletta, pelo Procurador Regional da União, Dr. Antenor Pereira Madruga Filho e pelo Advogado da União, Mário Luiz Guerreiro;

considerando que o acesso a cargos ou a empregos públicos somente se viabiliza através da submissão e aprovação do respectivo candidato em concurso público de provas ou de provas e títulos disciplinado pelo art. 37, II, da Carta de 1988;

considerando que os projetos de cooperação técnica internacional, implementados através dos “consultores técnicos”, desenvolvem ações de absoluta relevância social permitindo a formação e a capacitação de corpos técnicos aptos a atuarem na execução de atividades estratégicas como se dá, dentre outros, nos campos da saúde, da educação e do meio-ambiente;

considerando que uma eventual solução de continuidade nesses programas, advinda de um brusco processo de regularização da situação trabalhista e previdenciária dos “consultores técnicos” poderia gerar ofensa a bem jurídico de igual importância àquele tutelado na presente ação civil pública;

considerando a necessidade de estabelecimento de um cronograma que preserve a integridade dos projetos de cooperação técnica internacional;

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do processo nº 1044/2001 tramitando na 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, mediante os seguintes termos:

DOS RECURSOS HUMANOS

Cláusula Primeira – Serão contratados ou nomeados pela União Federal os profissionais requeridos para execução de projetos de cooperação técnica internacional em funções nas quais seja ínsita a presença da subordinação jurídica para o seu desempenho.

Parágrafo Primeiro - Nos projetos de cooperação técnica internacional implementados através de acordos internacionais, os quais ostentem funções de caráter de permanência para a sua execução, a contratação ou nomeação será por tempo indeterminado, devendo o cargo ou o emprego público ser provido por certame público, a teor do artigo 37, II, da Constituição

Parágrafo Segundo – Nos projetos em que seja requerido pessoal para exercer funções temporárias, será admitida contratação temporária disciplinada pela Lei 8.745/93, comprometendo-se a União

Federal a promover a alteração legislativa necessária para viabilizar juridicamente tais contratações.

Parágrafo Terceiro - Fica facultada a alocação de servidores ou empregados públicos na execução dos projetos temporários a título de contrapartida nacional.

Cláusula Segunda – As funções meramente auxiliares, tais como de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações, consoante Decreto nº 2.271, de 7/7/1997 e outras que não estejam vinculadas diretamente com as finalidades das ações de cooperação internacional poderão ser terceirizadas, mediante a contratação de empresas de prestação de serviços idôneas, sendo terminantemente vedada a contratação de cooperativas de mão-de-obra para atividades que demandem a prestação de trabalho subordinado.

Cláusula Terceira – A cláusula primeira não se aplica para a contratação de profissionais que atuem prestando consultoria técnica nos projetos de cooperação internacional, assim definidos como os profissionais de nível superior, titulados através de cursos de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) em matérias ligadas aos projetos nos quais sejam consultores e desde que laborem sem nenhuma característica de subordinação jurídica e em absoluto estado de autonomia e em caráter temporário, hipótese em que restará excluída a presença do vínculo empregatício ou institucional;

Parágrafo único – Excepcionalmente será admitida a contratação de consultor técnico que não preencha o requisito de escolaridade mínima definido no caput desta cláusula, desde que o profissional tenha notório e reconhecido conhecimento na área a ser desenvolvida no projeto de cooperação técnica internacional.

DOS PRAZOS

Cláusula Quarta – O adimplemento das obrigações ora ajustadas obedecerá rigorosamente o cronograma a seguir estabelecido:

- a. até 31 de dezembro de 2002 deverão ser terceirizadas as atividades auxiliares de que trata a cláusula segunda;
- b. até 31 de julho de 2003 todos os trabalhadores que exerçam funções temporárias em projetos de cooperação técnica internacional, de que trata o parágrafo segundo da cláusula primeira, deverão estar contratados pela União Federal, através da Lei 8.745/93;
- c. até 31 de julho de 2004 deverá ser efetivada a substituição total dos trabalhadores vinculados aos Organismos Internacionais por servidores públicos efetivos, sejam eles ocupantes de cargos ou empregos públicos, providos na forma do art. 37, II, da Constituição, consoante parágrafo primeiro da cláusula primeira.

DA SANÇÃO PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quinta – A União Federal obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por servidor contratado em desacordo com as condições estabelecidas no

presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O diretor do projeto será responsável solidariamente por qualquer contratação irregular, respondendo penal, administrativa e civilmente pelo descumprimento do presente termo de conciliação.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a União Federal terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho, que se compromete a somente executar a sanção, após comprovado o não cumprimento.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Sexta – A União Federal se compromete a estabelecer as mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Conselho de Coordenação das Empresas Estatais – CCE, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sétima – O presente ajuste será submetido ao MM. Juízo da 15ª Vara do Trabalho de Brasília para homologação.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 7 de junho de 2002.